

# Quiproquô sobre a troca: na origem do antissemitismo econômico

A propósito do livro de Francesca Trivellato, *Judeus e capitalismo. Às origens de uma lenda*, tradução de G. Calafat e J. Darun, Paris, Le Seuil, 2023.

Yann Moulner-Boutang

*Economista (Universidade de Tecnologia de Compiègne e Universidade de Xangai), é codiretor da revista Multitudes.*



A troca nunca é algo que se imponha por si só. O diálogo entre crentes de diferentes religiões frequentemente se transformou em ódio, e até em massacres. Quando se trata da troca de dinheiro, a situação também está longe de ser simples. Mas, pior do que a troca em si, são as representações e, particularmente, as lendas sobre a troca econômica que têm uma responsabilidade crucial no estado das relações inter e intracomunitárias.

### **A suposta invenção das finanças pelos judeus**

A historiadora italiana Francesca Trivellato demonstra isso em seu livro *Judeus e capitalismo*. O dossiê sobre os fundamentos econômicos do antissemitismo, amplamente documentado por Léon Poliakov, é aqui enriquecido. Compreende-se melhor o surgimento do capitalismo nos séculos XIV e XV na Europa, assim como a imputação bastante particular da invenção das finanças aos judeus europeus. O desenvolvimento das trocas levou à institucionalização de novos vetores monetários, invejados, temidos e odiados. A contribuição do livro de Trivellato não reside no fato de que, a partir de 1300, surgiram banqueiros e depois seguradores judeus — aliás, cuidadosamente confinados a essas funções pela Igreja. Essas formas de troca, de má reputação, eram praticadas por todos. É apenas muito mais tardiamente, no século XVII, que nasce o antissemitismo moderno. E essa lenda foi forjada na França. Descrever as realidades da troca monetária na Idade Média é importante, mas descrever os relatos que se estabelecem ao longo dos séculos sobre essas trocas, na perspectiva do que a autora chama de uma história “cultural”, é aqui crucial. Pois o momento-chave desse relato sobre a troca só é formulado pelo jurista bordelês Étienne Cleirac em 1647, em sua obra *Us et coutumes de la mer*, uma espécie de compilação da regulamentação marítima que inclui os prêmios de seguro. Antes disso, falava-se dos “Lombardos”, comerciantes de Livorno que negociavam com Antuérpia ou no Mediterrâneo com o Levante. Mas a atribuição exclusiva aos judeus da invenção da letra de câmbio e do prêmio do seguro marítimo não se encontra em nenhum



lugar — nem mesmo no historiador florentino Giovanni Villani (1276–1348), em sua *Nova Cronica*.

Ao contrário do antijudaísmo cristão, que alimenta uma aversão aos judeus por serem considerados, segundo os Evangelhos, responsáveis pela morte de Cristo, esse antissemitismo moderno atribui aos judeus a invenção de uma forma de troca (o empréstimo com juros, a letra de câmbio, os seguros marítimos) apresentada como o novo mal absoluto — a origem das finanças e, portanto, da morte permanente do pobre. Injertando-se no antissemitismo medieval, essa lenda, repetida sem qualquer questionamento, teve uma consequência terrível: ela ancorou o antissemitismo não mais em convicções religiosas, mas em uma racionalidade secular. Ser contra o capitalismo passou assim a significar ser contra as finanças e, por consequência, contra os judeus, tidos como responsáveis por essa perversão da troca.

Dessa forma, como se surpreender que, no século das Luzes, coexistam um progressismo radical e um antissemitismo virulento em Voltaire, enquanto Montesquieu reverte a lenda em termos positivos — mas sem questionar sua “verdade”? Essa lenda, que se encontra até no abade Grégoire, também explica por que, ao longo do século XIX, a aversão de Fourier e Proudhon ao dinheiro e aos agentes das finanças tenha se combinado com um sólido antissemitismo. Sem falar de Marx, que também não é muito claro nessa questão.

Em suma, a orquestração “francesa” de uma detestação da “finança” alimenta, na extrema esquerda ou na esquerda (e não apenas na direita e extrema direita reacionárias), um antissemitismo populista.

**Essa lenda “negra” sobre a invenção das finanças constitui uma questão bem atual**, sobretudo quando consideramos a explosão contemporânea de novas formas de financeirização de tudo — e as reações “conspiratórias” que isso suscita. O que esses instrumentos financeiros têm em comum é o fato de atribuírem um preço ao tempo futuro, incluindo em seu cálculo não apenas a restituição do valor inicial, mas também o grau de risco (de toda sorte: roubo terrestre, pirataria marítima, falsa declaração de

perda...). Mais grave ainda: ao monetizar, por meio da taxa de juros, a confiança que até então era implícita entre as partes da troca, explicita-se algo que era tácito — algo que, justamente, deveria permanecer calado.

Já a condenação da devolução de empréstimos com juros (a usura), vigente desde o fim do Império Romano e durante os doze primeiros séculos da era cristã — inclusive nos países muçulmanos —, se baseava no raciocínio de que o dinheiro, por não ser vivo, não pode ter filhos e, portanto, não produz nada. Apenas a troca sexuada e procriadora é aceita. O restante é pornográfico ou perverso. Dentro dessa visão imutável, o máximo que se pode esperar da troca é o retorno do mesmo. O risco inerente ao futuro não é considerado, assim como é ignorada a função da moeda e das finanças em geral, que é justamente, gostemos ou não, constituir nosso vínculo com o porvir.

**A tese bem francesa da invenção, pelos judeus, de dois instrumentos-chave das finanças capitalistas não é seriamente contestada no século XIX.** Em seus dois últimos capítulos, Trivellato mostra a persistência da lenda da invenção “judaica” do capitalismo tanto em Marx quanto nos debates que continuam a dominar as discussões sobre as origens do capitalismo desde Sombart, Weber e os medievalistas — frequentemente franceses — do período entre guerras.

### **Por trás da lenda antissemita: o confisco real das finanças dos Templários**

Fernand Braudel demonstrou que o coração do capitalismo se lê, antes de tudo, na organização dos mercados financeiros. Voltemos a 1285, na Europa — quando Filipe IV, o Belo, assume o poder aos 17 anos —, para nos deter até a Grande Peste (1347–1351), que dizima 30% da população europeia (e muito mais nas cidades), e dá o golpe de misericórdia na ordem feudal com a fuga de milhares de servos para as cidades “livres”.

O Reino da França, com vinte milhões de habitantes, é o Estado mais populoso da cristandade. Está em plena prosperidade, apesar do declínio das feiras da Champanhe e da concorrência da nova rota italiana em direção aos Países Baixos espanhóis, mais a leste, à margem de Lyon e da Champanhe.



A ordem feudal já se fissura diante do poder crescente da Igreja Católica desde o desenvolvimento das ordens monásticas no século X e a reforma gregoriana no século seguinte. Seu funcionamento, cada vez mais pesado, exige um endividamento crescente. A consolidação do dogma (culto mariano, celibato clerical, culto dos santos e relíquias, invenção do purgatório e das indulgências) é acompanhada, a cada passo, por inovações financeiras.

Em concorrência crescente com a Igreja, a centralização administrativa e fiscal dos Capetíngios põe em xeque o consentimento à tributação. As sucessivas desvalorizações da moeda (que geram perda de confiança nas trocas econômicas) são prova disso. O descontentamento fiscal não diminui, especialmente porque, no seio da própria Igreja, a querela franciscana sobre a “pobreza” provoca tensões nas elites políticas, levando Bonifácio VIII a declarar heréticos os *fraticelli*, condenados e exterminados na fogueira em 1323.

Do lado dos jovens camponeses pobres, exasperados pelas fomes recorrentes desde 1314 e por um início de proletarização no campo, o movimento dos *Pastoureaux* abala a França em 1320, culminando em massacres de judeus por toda parte. Espectaculares por ocorrerem nesse contexto, os espólios realizados por Filipe o Belo atestam a gravidade da crise de financiamento do reino.

Em 1306, a expulsão de cerca de 100 mil judeus e de alguns banqueiros “lombardos” do Reino da França permitiu a confiscação de bens em um período de agitação social. Essa medida retomava expulsões anteriores de judeus. Mas, sobretudo, instaurava uma incerteza permanente: já em 1321, sob o reinado de Filipe V, os judeus voltam a ser associados à Coroa da França. O novo rei ordenou que a administração real assistisse os credores judeus na cobrança de dívidas junto a devedores cristãos. Ele chegou a perseguir os *Pastoureaux* envolvidos nos massacres. O que caracteriza a condição da minoria judaica é a instabilidade e a dificuldade de projetar o futuro. As trocas baseadas na confiança entre parceiros tornam-se muito mais incertas.

A segunda espoliação foi a liquidação dos Templários. Com o declínio irremediável das cruzadas, a perda de São João de Acre em 1291 levou a um êxodo em massa de cristãos da Terra Santa, assim como do próprio Ordem. Ora, essa Ordem utilizava a letra de câmbio para transferir os fundos recebidos por doações, além de recorrer à venda a resgate de bens imóveis, com possibilidade de recompra pelo vendedor. Esse mecanismo contornava a proibição oficial do empréstimo a juros, mantida pela Santa Sé. O Templo constituía a rede de transporte de fundos mais segura e rápida do Ocidente. Essa atividade fazia dele um interlocutor financeiro privilegiado das potências da época. Filipe, o Belo, queria ao mesmo tempo se livrar da dívida com a Ordem, apoderar-se de suas nada desprezíveis riquezas e desenvolver suas próprias atividades financeiras como monopólio de Estado, em concorrência com a Santa Sé.

Logo, uma amarga disputa opôs o capetíngio à Papado. Bonifácio VIII afirmou a superioridade do poder pontifício sobre o dos reis. O rei da França respondeu exigindo a convocação de um concílio para destituir o papa. Este excomungou Filipe, o Belo, e toda a sua família. Para impedir a publicação da bula infamante, Guillaume de Nogaret, chanceler do rei, perseguiu o papa refugiado em Anagni, na Itália, prendeu-o por algumas horas em setembro de 1303, mas foi obrigado a libertá-lo. Excomungado pelo sucessor de Bonifácio, Nogaret foi excluído da absolvição geral concedida por Bento XI. Na prática, a pressão de Filipe, o Belo, se concretizou com a eleição, em 1305, de um papa francês, Bertrand de Got, que assumiu o nome de Clemente V.

A Ordem dos Templários foi dissolvida por Clemente V em 22 de março de 1312. No entanto, o papa não partilhava os mesmos objetivos do rei. Seguiu-se então uma disputa entre a Coroa da França e o Papado pelo julgamento e controle dos instrumentos do poder financeiro da Ordem. Na esteira da expulsão dos judeus do reino, a Coroa buscava desacreditar a liderança da Ordem. “Renegação de Cristo e escarro na cruz, relações carnavais entre irmãos, beijos obscenos praticados pelos cavaleiros do Templo” — tais foram as acusações de uma testemunha de credibilidade duvidosa (Esquieu de Floyran) e os “confessos” obtidos sob tortura. Assim, enraizava-se ainda mais no



imaginário popular a ideia de que aqueles envolvidos em trocas de dinheiro — quando não é o próprio Estado — são necessariamente corruptos e perversos.

**O comportamento de Clemente V testemunha sua rivalidade interessada com os reis:** ele ordenou aos soberanos europeus que prendessem os Templários em seus territórios, mas também (e sobretudo) que colocassem os bens deles sob a gestão da Igreja. O que a Coroa francesa, de fato, não fez. O papa chegou a interromper o processo conduzido pela monarquia e exigiu ouvir pessoalmente os Templários em Poitiers. Os réus, presos em Chinon, foram interrogados por dois cardeais. O chamado Pergaminho de Chinon, que relata esse encontro, indica que o papa Clemente V concedeu a absolvição aos dirigentes da Ordem.

O empenho de Filipe, o Belo, contra os Templários está amplamente documentado. O ardil do “relapso” — que condenava à fogueira aqueles que se retratassem dos testemunhos obtidos sob tortura —, a pressão dos Estados Gerais reunidos próximos aos concílios eclesiais, e as mentiras descaradas do rei, atestam a dureza de um Estado-nação em vias de consolidação de sua fiscalidade, contabilidade e controle sobre a população, frente à organização financeira da Igreja Católica.

### **Judeus e Cahorsinos (Cadurcins)**

Um último elemento sublinha o papel crucial das finanças no nascimento do capitalismo: o papel do segundo papa francês, João XXII. Eleito aos 72 anos, Jacques Duèze marca a instalação definitiva do papado em Avignon. Reorganiza as finanças da Igreja. Seu pai, Arnaud Duèze, de uma família abastada, praticava empréstimos a juros. Era um *cahorsino*, termo maldito, sinônimo de credor cristão “pior que os judeus”. Dante, na *Divina Comédia* (Inferno, XI, 50), estigmatiza Cahors da mesma forma que Sodoma. Sempre a mesma ideia de que a geração de juros por meio de empréstimos seria equivalente às relações carnavais homossexuais, consideradas contra a natureza.

Tudo indica que, longe de terem “inventado” o empréstimo a juros e a letra de câmbio, os judeus que chegaram a Cahors apenas imitaram os *cahorsinos*. A contração de dívidas sob a forma de empréstimos a juros torna-se ainda mais sensível à crítica na medida em que se intensifica, entre os Franciscanos, a contestação da riqueza da Igreja, com o alinhamento de alguns mestres da Ordem ao partido Gibelino. João XXII excomunga os Espirituais e *fraticelli*. Em 1322, logo após os motins dos *Pastoureaux*, ele questiona a tese da pobreza de Cristo e dos apóstolos e, em 1323, condena essa doutrina. Também condena a alquimia, que busca transmutar tudo em ouro. Todas as representações da troca monetária vacilam.

Isso se evidencia em suas relações ambíguas com os judeus. Em 1322, ele os expulsa de Avignon e do Condado Venaissin. Mas a expulsão dura pouco: em 1326, durante o Concílio de Avignon, ele impõe aos meninos judeus, a partir dos 14 anos, o uso da *rouelle* amarela (distintivo em forma de círculo), e às meninas, a partir dos 12, o uso de um véu distintivo. A partir de então, os papas permitem que os judeus residam em Avignon e no Condado sem serem molestados — o que permite que muitos judeus da França escapem das perseguições das quais são alvo, sobretudo durante a Peste Negra. Essa política continua mesmo com o retorno do papado a Roma.

A Igreja, que havia assimilado as inovações financeiras dos *cahorsinos*, considera cômodo especializar “seus” judeus como banqueiros, pois pode exercer pressão sobre eles a qualquer momento, mantendo ao mesmo tempo a proibição da usura para os cristãos. A invenção das finanças voltadas ao risco se forja nesse século XIV. As vicissitudes do dinheiro enquanto capital e seu encontro com os servos que fogem do campo após a Grande Peste também. A acumulação primitiva está posta.